

ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FONTE DE ESTUDOS EDUCACIONAIS

Simony Rafaeli Quirino
Universidade Federal do Paraná
simonyrafaeli@hotmail.com

Resumo: Os recursos destinados às diferentes políticas públicas estão sistematizados no orçamento público dos entes federados. Assim, se quisermos saber a forma como cada ente prioriza ou não determinada política pública, o termômetro é seu orçamento. O presente trabalho procura realizar um levantamento sobre os estudos que tem como objeto a temática do Orçamento Público, a partir dos resumos das pesquisas disponíveis no Banco de Teses da CAPES¹, bem como identificar quais os estudos que relacionam esta temática com a educação. Para isso, analisa 157 resumos de teses/dissertações. A avaliação dos dados permite observar as principais características das pesquisas e elencar 11 grandes categorias temáticas contempladas nas mesmas, bem como verificar que são poucos os estudos que relacionam o orçamento público com a educação.

Palavras-chave: orçamento público; políticas públicas; educação.

INTRODUÇÃO

Os recursos destinados às diferentes políticas públicas estão sistematizados no orçamento público dos entes federados.

O orçamento público segundo Vian, Mello e Boeira (2002, p. 14) é um instrumento que expressa, para um exercício financeiro, as políticas, os programas e os meios de seu financiamento, bem como é um plano de trabalho de governo, que discrimina os objetivos e as metas a serem alcançadas, de acordo com as necessidades locais.

Este representa a ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, sendo o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados. (PISCITELLI, TIMBÓ e ROSA, 2004, p. 42).

Dessa forma, se quisermos saber a forma como cada ente federativo prioriza ou não determinada política pública, o termômetro é seu orçamento. Ele é o documento que o espelha, demonstrando suas prioridades, seus aspectos econômico, político e social. (VIAN, MELLO e BOEIRA, 2002, p. 15).

O orçamento público, dessa forma, deixa de ser apenas uma peça de previsão das receitas e autorização das despesas públicas, um mero documento formal, para se transformar na tradução das orientações e opções políticas. (Idem).

A decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte de recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas, refletindo a correlação de forças sociais e políticas atuantes e que têm hegemonia na sociedade. Os gastos orçamentários

definem, assim, a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas. (FABRÍCIO DE OLIVEIRA, 2001 *apud* SALVADOR, 2010, p. 179).

Por isso a importância e a necessidade, segundo Gouveia (2002, p. 20), de publicizar o Estado, sendo uma dimensão fundamental a ser tornada transparente e passível de publicidade, a questão do orçamento. Pois, compreender o papel do orçamento público permite compreender as disputas políticas em torno da aprovação dos orçamentos municipais, estaduais e federais.

Salvador (2010, p. 172) destaca, ainda, que o estudo do orçamento, deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois este reflete a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como na definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. E esse dimensionamento permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país.

Assim sendo, mediante a importância dos estudos sobre o orçamento público, o presente artigo procura realizar um levantamento sobre os principais estudos que tem como objeto esta temática, a partir dos resumos do Banco de Teses da CAPES, bem como procura identificar os estudos que relacionam a temática do orçamento público com a educação. Este também será um estudo exploratório para a pesquisa em desenvolvimento, da autora em questão, intitulada “Financiamento da Educação: Articulação entre o planejado, o efetivado e o fiscalizado – um estudo sobre Curitiba e Municípios do primeiro anel metropolitano”².

Antes, contudo, torna-se necessário conhecer como se dá o processo de elaboração do orçamento público.

CICLO ORÇAMENTÁRIO

No Brasil, o processo de elaboração do orçamento público obedece a um ciclo integrado ao planejamento de ações que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 165, compreendem leis de iniciativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cabendo ao Poder Legislativo apreciá-las no âmbito de cada esfera da federação e aprová-las.

O Plano Plurianual define estratégias, diretrizes, metas e objetivos de cada esfera de governo pelo período de quatro anos, fixando metas de longo prazo para a administração pública. Este deve ser elaborado no primeiro ano de mandato do governante para vigorar no segundo ano do mandato até o primeiro ano da gestão seguinte. Esse procedimento tem por objetivo assegurar a continuidade das políticas públicas nas mudanças de governos. (SALVADOR, 2010, p. 175). Além disso, no PPA estão definidas as metas físicas e financeiras para fins do detalhamento dos orçamentos anuais. (RAFANHIM, 2007). Apenas os programas que estão previstos no PPA podem receber recursos nos orçamentos anuais ou ser priorizados na LDO. (SALVADOR, 2010, p. 176).

Objetiva, ainda o PPA, de acordo com Aguiar (2004, p. 45) dar aos governantes um plano de trabalho devidamente planejado para o período de toda sua gestão governamental, e

ao mesmo tempo permitir aos membros da sociedade, de quem serão retirados os recursos para o seu custeio, o conhecimento prévio das ações governamentais que se deseja levar a efeito durante o período da gestão administrativa. Trata-se de um orçamento puramente programático, cujos planos de trabalhos por ele previstos são operacionalizados ou concretizados, a cada exercício financeiro, por força do orçamento anual, que é um orçamento operativo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo documento de discussão obrigatória anual para a elaboração do orçamento deve pautar-se nos grandes princípios e critérios apontados no Plano Plurianual.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Artigo 165, § 2º).

Na prática, o objetivo maior a ser alcançado com a LDO, segundo Aguiar (2004, p.49) é o de oferecer a oportunidade de permitir que o Poder Legislativo participe de forma atuante juntamente com o Poder Executivo, na construção do plano de trabalho do governo a ser concretizado, por meio da execução da Lei Orçamentária Anual.

Assim sendo, as diretrizes aprovadas na LDO delimitam o que será possível prever na Lei de Orçamento Anual e finalmente da LOA depende toda a execução orçamentária.

A LOA, conforme Aguiar (2004, p. 46) é o programa de trabalho de governo expresso em termos quantificados dos serviços, obras e investimentos a serem realizados, e dos valores financeiros que serão recolhidos do patrimônio dos particulares e de outras fontes de receita, aprovado por lei, atuando como um instrumento de que se serve a administração pública para por em prática o programa de trabalho expresso no Plano Plurianual, bem como dar conhecimento aos administrados, como fonte de informação social, sobre as ações governamentais que serão levadas à execução durante o exercício financeiro.

Esta renova-se a cada exercício financeiro e deve compreender, por força do dispositivo constitucional, a todos os poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas três áreas governamentais (Art. 165, § 5º, I); as despesas de investimentos a se realizarem por meio das empresas estatais (Art. 165, § 5º, II); e as despesas a se efetivarem com o custeio da seguridade social (Art. 165, § 5º, III).

Rafanhim (2007) destaca que a LOA é formada por duas partes distintas: o corpo da Lei propriamente dita e os quadros de desdobramentos das receitas e das despesas, determinando o quanto se espera arrecadar e qual o valor máximo que pode ser gasto no ano seguinte, não podendo constar aquilo que não foi definido previamente nas diretrizes da LDO. Também “não pode conter matéria dissociada da previsão da receita e da fixação de despesa, não se incluindo nestas proibições a autorização para abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que destinadas à antecipação de receitas”. (AGUIAR, 2004, p. 47).

Com a LOA aprovada o Poder Executivo passa a executar o orçamento anual e tem a obrigação de prever cotas trimestrais para autorização da despesa, além de manter um contínuo processo de acompanhamento da execução das receitas e despesas mensais. No final do exercício financeiro, o Poder Executivo deve prestar contas ao Poder Legislativo. Tal procedimento é mediado pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares do Legislativo, que emitem parecer prévio sobre o Balanço Anual, que deve nortear a discussão para aprovação ou não das contas anuais do Poder Executivo. (GOUVEIA, 2002).

Essas são as leis que determinam as metas e prioridades anuais para cada área da administração pública municipal, estadual e federal. Dessa forma, conhecê-las e estudá-las permite compreender a importância dada a cada política pública durante determinado período.

O LEVANTAMENTO

Destaca-se que para este levantamento foi realizada uma busca no Banco de Teses, disponível no site da CAPES, utilizando como critérios os assuntos: Orçamento Público, Orçamento Público Municipal, Gestão Orçamentária Pública, Gestão Orçamentária Municipal, Planejamento Orçamentário e Planejamento Orçamentário Municipal, todos com o filtro expressão exata, totalizando 279 resumos de teses/dissertações.

O segundo passo foi um processo de seleção dos resumos resultantes do levantamento inicial, eliminando os repetidos e os que não focavam o estudo no orçamento público ou não utilizavam como fonte de dados, totalizando 157 resumos de teses/dissertações para análise.

Após esse processo inicial de análise foram identificadas as principais características das pesquisas e definidas as categorias ou áreas temáticas contempladas nas mesmas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O levantamento proporcionou verificar que as pesquisas que envolvem o estudo do orçamento público são decorrentes de três origens: teses de doutorado, dissertações de mestrado acadêmico e dissertações de mestrado profissionalizante. Destaca-se que os estudos são provenientes em sua maioria de dissertações que totalizam 88,5% das pesquisas, sendo 74,5% do mestrado acadêmico e 14% do mestrado profissionalizante (Gráfico 1).

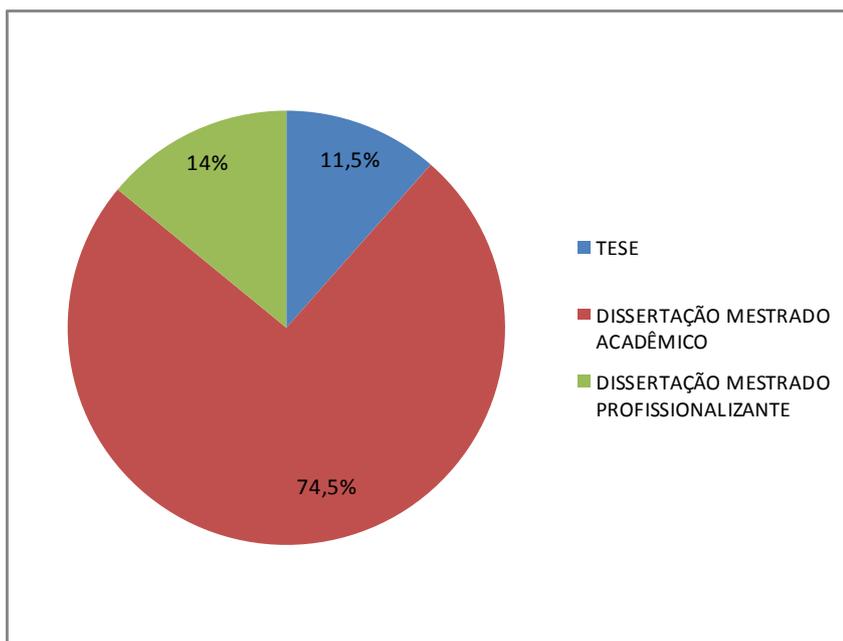


Gráfico 1 – Porcentagem das pesquisas segundo a natureza.

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino

Também verificou-se que as pesquisas analisadas foram produzidas nas cinco regiões geográficas brasileiras, sendo 49,7% do total das pesquisas correspondentes a Região Sudeste, 34,4% correspondentes as Regiões Sul e Centro-Oeste e 15,9% correspondentes as Regiões Norte e Nordeste (Gráfico 2).

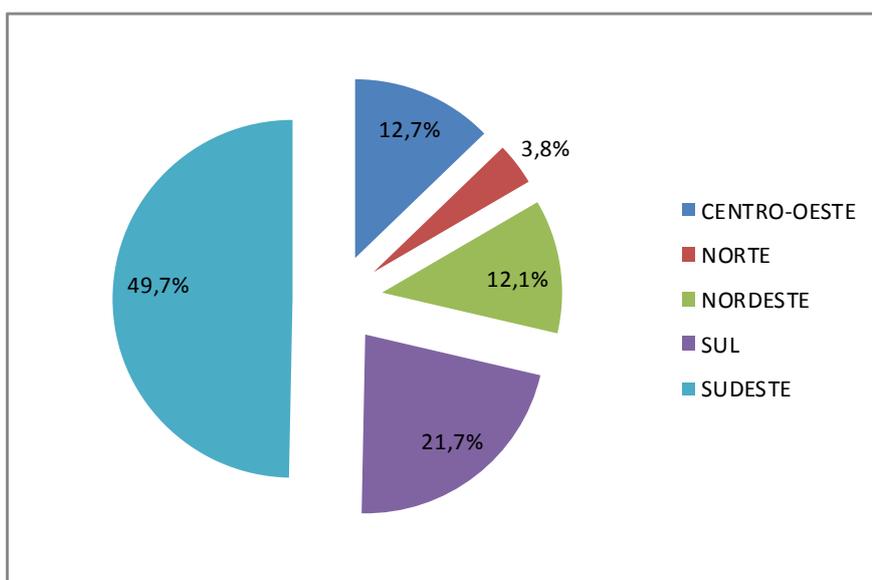


Gráfico 2 – Pesquisas por origem regional de sua produção.

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino

No que concerne à produção das pesquisas no espaço temporal, destaca-se o ano de 2005 como o mais profícuo quantitativamente, concentrando 15,3% das pesquisas do período.

Nos anos que antecederam 2005, observa-se uma pequena produção envolvendo a temática, principalmente no período de 1987 a 1998, obtendo-se uma concentração maior de estudos somente a partir de 1999; nos anos posteriores, verifica-se uma significativa queda em 2006 e 2007 e recuperação em 2008 e 2009 (Gráfico 3).

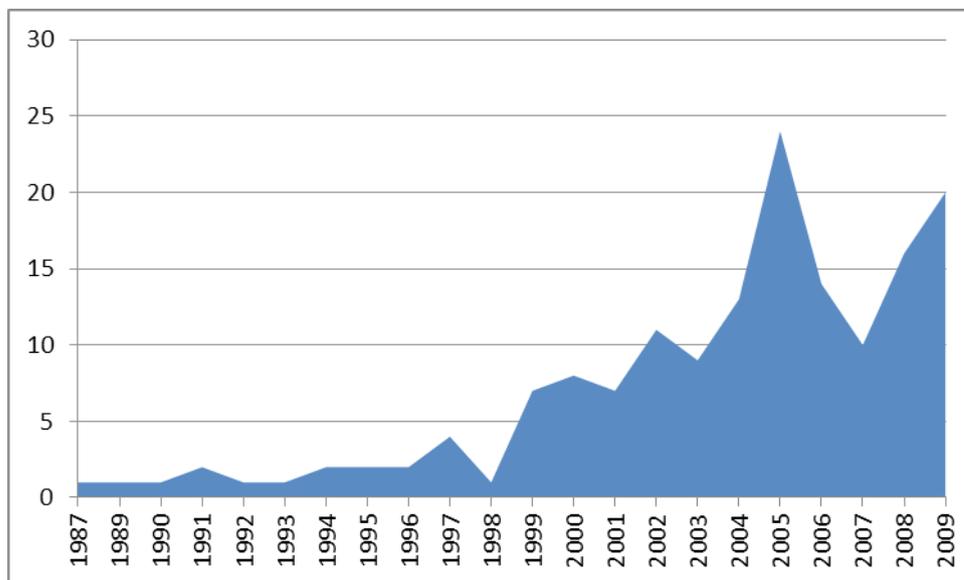


Gráfico 3 – Pesquisas por ano.

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino.

Com relação às temáticas envolvidas na produção das pesquisas, a análise dos resumos permitiu enuclear 11 categorias (Tabela 1).

CATEGORIAS	Nº DE PESQUISAS	%
1 - Processo Orçamentário	29	18,5
2 - Leis Orçamentárias	10	6,4
3 - Controle dos Orçamentos	3	1,9
4 - Emendas Orçamentárias	3	1,9
5 - Créditos Adicionais	1	0,6
6 - Vinculações Orçamentárias	1	0,6
7 - Metas e Prioridades	4	2,5
8 - Orçamento Participativo	51	32,6
9 - Intervenção do Poder Judiciário	5	3,2
10 - Proposição de modelos e sistemas de gestão do orçamento	11	7,0
11 - Orçamentos Específicos	39	24,8
TOTAL	157	100

Tabela 1 – Número de Pesquisas por categoria

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino.

Das pesquisas analisadas 75,9% concentram-se em três categorias: Processo Orçamentário; Orçamento Participativo e Orçamentos Específicos. Destas, há uma significativa preponderância de uma (32,6%) que se refere ao Orçamento Participativo.

Seis das 11 categorias analisadas receberam um volume bastante diminuto de pesquisas, próximo de 11%. São elas: Controle dos Orçamentos; Emendas Orçamentárias; Créditos Adicionais; Vinculações Orçamentárias; Metas e Prioridades e Intervenção do Poder Judiciário.

Os conteúdos envolvidos em cada uma das categorias elencadas podem ser observados no quadro abaixo:

CATEGORIAS	CONTEÚDOS
1 - Processo Orçamentário	Fase legislativa do ciclo orçamentário; metodologia orçamentária aplicada no Brasil; evolução histórica e conceitual; técnicas orçamentárias; ferramentas orçamentárias; instrumentalidade do Plano Plurianual; natureza jurídica e a função do orçamento público; política orçamentária; processo de execução orçamentária; empenho negativo; ordenamento jurídico; aspectos jurídicos do orçamento público e as consequências da desvinculação do produto da arrecadação decorrente de lei orçamentária; eficiência do processo orçamentário da receita pública; alocação orçamentária e a evolução dos gastos públicos; inadequações do processo orçamentário brasileiro; ponto de vista do comportamento dos atores políticos e do conjunto institucional envolvido; papel das comissões temáticas da câmara dos deputados; sistema de contabilidade pública como suporte ao ciclo orçamentário; instituições fiscais e desempenho fiscal; comportamento fiscal dos municípios frente a fatores de ordem política (calendário eleitoral e ideologia dos partidos políticos); análise dos orçamentos a partir das concepções da reforma do aparelho de Estado; relações e práticas políticas no que se refere aos acordos e disputas pelos recursos orçamentários; experiências municipais.

2 - Leis Orçamentárias	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal na execução do orçamento municipal; comparação do planejamento orçamentário municipal antes e depois da Lei de Responsabilidade Fiscal; conciliação entre a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Políticas Públicas e o Orçamento Público Municipal; orçamento público, comportamento dos gastos correntes e investimentos nas áreas sociais no período “ex ante” e “ex post” à Lei de Responsabilidade Fiscal; incorreções frente ao conceito de responsabilidade na gestão fiscal; sistemas institucionais de controle; evidenciação das ações governamentais, iniciando com o Decreto-lei 2416/40, posteriormente a Lei 4320/64 e incluindo a contribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal.
3 - Controle dos Orçamentos	Contribuições da Auditoria Interna; implicações do controle externo do orçamento público no ordenamento jurídico-social brasileiro; possibilidades e limites de controle da elaboração do orçamento à luz dos direitos humanos.
4 - Emendas Orçamentárias	Apresentação de emendas orçamentárias; uso eleitoral das emendas orçamentárias; execução das emendas orçamentárias.
5 - Créditos Adicionais	Destinação dos créditos adicionais e poder de alteração do planejamento inicial expresso pela Lei Orçamentária Anual.
6 - Vinculações Orçamentárias	Crítica a respeito das vinculações de recursos orçamentários.
7 - Metas e Prioridades	Inobservância, por parte dos governantes, das obrigações assumidas; atividade de controle e avaliação da execução do orçamento relativo à mensuração dos programas e atividades; distância observada entre as promessas estabelecidas nos contratos políticos e os resultados alcançados.

8 - Orçamento Participativo	<p>Potencialidades e limites; influência ou não na alocação dos recursos; influência na cultura política; orçamento participativo como estratégia de cooperação estabelecida entre governomunicipalepopulação;processoeducativoque ocorre no interior das práticas de orçamento participativo; representações e práticas políticas mobilizadas em torno das deliberações do orçamento participativo; correlações entre orçamento participativo e políticas sociais; transparência na gestão fiscal; escolha social, em termos da decisão orçamentária pública; orçamento democrático; perfil das culturas política e orçamentária; orçamento público como uma questão fundamental à cidadania e democracia; participação popular e fatores que dificultam a mesma; processo de participação popular; importância da participação cidadã; Fórum de Participação Social; participação dos usuários da política de assistência social nas assembleias do orçamento participativo; atitudes e comportamentos dos delegados; relação entre a democracia participativa e o orçamento público; experiências municipais; comparação entre experiências de municípios; experiências estaduais; experiências de Instituições de Ensino Superior; experiência a partir da ótica do desenvolvimento local; experiência com foco na questão ambiental; contribuição deste processo participativo com o planejamento urbano da cidade; inter-relação do orçamento participativo e o conselho municipal de meio ambiente.</p>
9 - Intervenção do Poder Judiciário	<p>Aplicação das normas da Constituição Federal e as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação e destinação das contribuições via orçamento público; interpretação do Poder Judiciário acerca dos pedidos de intervenção no orçamento público para concretização dos direitos fundamentais à saúde e à educação; controle efetivo da cidadania e do Poder Judiciário; viabilidade e potencialidade do controle judicial das escolhas orçamentárias; direitos fundamentais e orçamento público: perspectivas à luz do processo civil.</p>

10 - Proposição de modelos e sistemas de gestão do orçamento	Modelo conceitual que busca integrar os sistemas de planejamento, orçamento, execução financeira, controle e avaliação na fase de execução orçamentária; sistema de gestão orçamentária em instituições públicas de saúde; modelo de gestão municipal que busca na ciência baseada no multicritério e na programação linear a solução ótima para sua proposição; modelo em programação linear; ferramentas propostas do <i>Balanced Scorecard</i> ; modelo de gestão orçamentária baseado no planejamento e controle financeiro; sistema de informação de custo, integrado conceitual e sistemicamente ao orçamento público e à contabilidade governamental; modelo, de abrangência geral, a ser aplicado nas três esferas de governo que auxilie os usuários planejar, executar, controlar e avaliar a consecução de programas de governo; sistema de custos na administração pública, com ações gerenciais de avaliação e acompanhamento do sistema de transporte escolar municipal; análise da contribuição de um sistema informatizado em contabilidade pública.
11 - Orçamentos Específicos	Governo Federal; Saúde; Assistência Social; Educação; Agricultura; Marinha do Brasil; Aeronáutica; Orçamento da Criança e Adolescente - OCA.

Quadro 1 – Categorias temáticas e conteúdos respectivos.

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino.

Na categoria “Orçamentos Específicos” encontram-se os estudos relacionados diretamente com a educação. Destaca-se que estes representam 20,5% da categoria e 5,1% do total geral das pesquisas.

CATEGORIA	CONTEÚDOS	N.º DE PESQUISAS	%
Orçamentos Específicos	Governo Federal	9	23,1
	Saúde	14	35,9
	Assistência Social	2	5,1
	Educação	8	20,5
	Agricultura	1	2,6
	Marinha do Brasil	2	5,1
	Aeronáutica	1	2,6
	Orçamento da Criança e Adolescente - OCA.	2	5,1
TOTAL		39	100

Tabela 2 – Número de pesquisas por conteúdos da categoria “Orçamentos Específicos”

Fonte: Site da CAPES – Dados tabulados por Simony Rafaeli Quirino.

Destacam-se como estudos que relacionam de forma direta o orçamento público com a educação as pesquisas de: Carvalho (1990) que aponta a teoria da racionalidade administrativa, bem como a concepção racional da educação de base como propostas de mais racional e eficiente distribuição do orçamento público entre os diferentes níveis da educação; Calil (2000) que analisa o processo orçamentário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Wagner (2001) que apresenta uma série histórica de 14 anos dos dispêndios da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, procurando abordar diversos aspectos: a) a desmitificação do orçamento público, que possui um vocabulário próprio normalmente hermético e indecifrável que inviabiliza o acompanhamento dos gastos públicos; b) as principais fontes de financiamento da educação, destacando-se a política de vinculação de recursos, o conceito de manutenção e desenvolvimento do ensino, as despesas admitidas ou não como MDE e os recursos do salário-educação; c) a análise propriamente dita dos dados por meio de várias abordagens, classificação econômica, institucional, etc, e as alterações verificadas, no decorrer deste período, com relação à inclusão de despesas no sentido de atingir o limite constitucional; Morgado (2005) que apresenta o perfil do processo de financiamento e orçamentação do ensino médio na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, identificando e analisando como se dá o processo de alocação de recursos para o ensino médio nesta Secretaria, quais são as fontes de recursos, as prioridades orçamentárias e as dificuldades orçamentárias para este nível de ensino na referida Secretaria, além de realizar uma avaliação preliminar do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Promed no Distrito Federal; Francisco (2005) que investiga a integração do planejamento e orçamento público nas Instituições Federais de Ensino Superior; Castro (2005) que avalia o desempenho da Universidade Federal do Amazonas, sob uma administração orçamentária centralizada vis-à-vis uma administração descentralizada, como no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período de 1998 a 2002; Silva (2008) que estuda a construção do direito à educação no município de Santo André, nas décadas de 50 a 70 do século XX, a partir da análise dos orçamentos municipais do período abordado; e, Araújo (2009) que analisa o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior a partir de seus orçamentos, no período de 2000 a 2006, tendo como estudo de caso a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, de forma indireta podem ser identificadas em trabalhos relacionados a outras categorias temáticas pesquisas que relacionam o orçamento público e a educação.

Neste contexto são identificadas 6 pesquisas: Gouveia (2002) que apresenta, uma análise da experiência de orçamento participativo na cidade de União da Vitória/Pr, durante a gestão municipal de 1997 a 2000, bem como do desdobramento temático desse processo ocorrido a partir do segundo ano de gestão, chamado de Orçamento Participativo da Educação; Ferreira (2003) que estuda a metodologia do Orçamento Participativo de algumas cidades, além da prática de orçamento vivenciada pela Universidade Federal de Pernambuco, para conceber uma proposta de orçamento participativo para a Instituição; Andrade (2006) que analisa os padrões de gestão orçamentária no setor público, utilizando como referencial teórico de análise

a reforma dos Estados e da administração pública contemporânea a partir de um estudo de caso dos orçamentos públicos da Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Administração e de Obras do município de Itabira/MG; Tolentino (2006) que analisa o orçamento público, o comportamento dos gastos correntes e investimentos nas áreas sociais de educação e cultura, saúde e saneamento, previdência e assistência social, habitação e urbanização, meio ambiente e agricultura da administração direta de Montes Claros (MG), no período “ex ante” e “ex post” à Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo os anos de 1996 a 2004; Mendes (2008) que analisa a interpretação do Poder Judiciário brasileiro acerca dos pedidos de intervenção no orçamento público formulados nas ações judiciais intentadas para concretização dos direitos fundamentais à saúde e à educação; e Guilherme (2009) que analisa as correlações entre orçamento participativo e políticas sociais, a partir do estudo de caso do município de Santa Maria/RS, identificando quais são as repercussões da prática participativa sobre a alocação dos recursos orçamentários e a execução das políticas de saúde, habitação, educação e assistência social no período de 1997 a 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando este levantamento pode se observar que há uma gama diversificada de pesquisas que envolvem a temática do orçamento público.

Contudo, frente a importância dos estudos relacionados a esta temática que proporcionam, segundo Salvador (2010), um dimensionamento que permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país, deve-se enfatizar a importância da realização de mais estudos relacionados com a educação procurando observar em que medida esta vem sendo priorizada ou não.

Pois, como se observou no levantamento, poucos estudos focam essa relação diretamente, e destes a metade relaciona-se ao ensino superior, sendo necessário mais estudos que enfatizem as outras etapas e modalidades do ensino, bem como, utilizem as ferramentas orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) como fonte de dados, buscando observar as metas e prioridades estipuladas para a educação e averiguar a relação entre o planejado e o efetivado, assim como o acompanhamento e controle desse processo.

NOTAS

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Dissertação que procura responder ao seguinte problema: “Qual é o tratamento que tem sido oferecido ao tema da educação nos Planos Plurianuais e Lei de Diretrizes Orçamentárias em municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba e capital, no período de 2001 a 2009, e, em que medida estas metas e prioridades foram efetivadas na prática e fiscalizadas pelos Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Afonso Gomes. **Direito Financeiro: a Lei n.º 4.320 – comentada ao alcance de todos.** 3ª ed., 2ª tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

ANDRADE, Jucimar Alves. **Uma análise dos padrões de gestão orçamentária no setor público: um estudo de caso no município de Itabira.** 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

ARAÚJO, Glória Marieta de. **Financiamento do Ensino Superior: um estudo sobre os recursos do tesouro destinado as IFES e o caso da UNIRIO - 2000 a 2005.** 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia e Gestão Empresarial) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CALIL, Vera Lúcia de Oliveira. **Uma Contribuição ao Aperfeiçoamento da Elaboração das Propostas Orçamentárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.** 2000. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CAPEs – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de Teses.** Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Cavalcanti. **Racionalidade Administrativa e “Educação de Base”.** 1990. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CASTRO, Danil Ferreira de. **Análise de eficiência técnica da UFAM vis-à-vis da UFRN uma perspectiva do orçamento centralizado descentralizado.** 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

FERREIRA, Joaquim Osório L. **Orçamento Participativo: uma proposta para a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.** 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

FRANCISCO, Jailton Gonçalves. **A integração entre o planejamento e o orçamento público nas Instituições Federais de Ensino Superior: um estudo de caso múltiplo.** 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Orçamento participativo, controle social e o poder público municipal: a experiência de União da Vitória/PR – (1997-2000)**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Orçamento Participativo e Políticas Sociais: um inventário das correlações na experiência de Santa Maria - RS**. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

MENDES, Ana Araújo Ximenes Teixeira. **A interpretação da intervenção jurisdicional no orçamento público: concretização dos direitos fundamentais à saúde e a educação**. 2008. 365 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

MORGADO, Patrícia Cristina Chaves Rodrigues. **O processo de financiamento do Ensino Médio Público no Distrito Federal**. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública – Uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 30/07/2010.

RAFANHIM, Ludimar. **Orçamento Público do Paraná – 2007**. Gráfica da Assembléia Legislativa do Paraná, 2007.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Cristiane Oliveira. **Avanços e retrocessos no direito à educação em Santo André: um estudo de caso**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

TOLENTINO, Marlúcia Araújo. **Desenvolvimento Social, Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público: uma análise dos gastos sociais no município de Montes Claros (MG)**. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

VIAN, Maurício; MELLO, José Carlos Garcia de; BOEIRA, Carlos. **Orçamento & Fundo: fundo dos direitos da criança e do adolescente**. Brasília: Focus Gráf. Ed., 2002.

WAGNER, Carmen Lucia Furrer Arruda. **Financiamento da Educação Pública: Análise da Aplicação de Recursos na Educação no Município de Campinas 1986 a 1999**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.